

Prefeitura Municipal de Cidelândia

CGC(MF) 01.610.134/0001-97

LEI MUNICIPAL Nº 008 /97-GAB/PREF

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Entorpecentes e a Criação e Regulamentação do Fundo Municipal de Entorpecentes e dá outras Providências.

O prefeito municipal de cidelândia

Faço saber a todos a Câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

CAPITULO I

Da criação da copetencia do conselho

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Entorpecentes que integra os Sistemas Federal e Estadual de Prevenção, fiscalização e repressão ao uso de entorpecentes e tem por finalidade cooperar e auxiliar mais atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e ao uso de substâncias e Entorpecentes ou, que determine dependencia fisica ou psiquica, no Municipio de Cidelândia-MA

CAPITULO II

Dos objetivos do conselho

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Entorpecentes tem por objetivos:

A - Formular diretrizes basicas da politica Municipal de Prevenção, recuperação e repreção ao tráfico e ao uso de substâncias entorpecentes ou que determine dependencia fisica ou psiquica.

B - Colaborar com os sistemas Federal e Estadual de combate ao uso de entorpecentes, objetivando um trabalho coordenado e eficiente

C - Promover dirigencias e medidas necessarias a implantação de programas e progetos, com vistas a erradicar ou diminuir o uso de substâncias entorpecentes no Municipio de Cidelândia-Ma.

D - Sugerir ,examinar e aprovar Acordos e Convenios de interesse do Municipio, com entidades publicas uo privadas que atuem na prevenção e recuperação do uso de entorpecentes .

E - registrar as entidades / órgãos / programas que no âmbito do municipio de Cidelândia do Maranhão, trabalhem na recuperação de usuários de Entorpecentes.

F- Estimular pesquisas, visando ao aperfeiçoamento no controle e fiscalização do tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependências física e / ou psíquica.

G- Promover / estimular a realização, por especialistas ligados aos assuntos, programas de capacitação e repressão, destinados a professores de 1º, 2º e 3º grau, de nível superior, técnicos e especialistas em educação, assistências sociais, segurança pública, preferentemente em convenios com os sistemas Federal e Estadual.

H- Postular, junto aos órgãos de formação de professores, a inclusão efetiva em seus currículos, de conteúdo sobre atitudes e estratégias de prevenção e recuperação do usuário de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física e / ou psíquica

I- Controlar e garantir a inclusão nos currículos da rede municipal de ensino, de programas específicos a respeito de substâncias entorpecentes, e feito e prevenção do uso assim como, postular a inclusão desse conteúdo nos currículos das demais escolas oficiais ou particulares, que atuem no município de Cidelândia do MA

CAPITULO III DOS MEMBROS DO CONSELHO

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Entorpecente será composto de 05 (cinco) Membros, representando o município e a Sociedade Civil.

A - Poder público Municipal terá 02 (dois) representantes.

B - A Sociedade Civil terá 02 (dois) representantes.

Parágrafo Único - O secretário Municipal de saúde é membro nato do Conselho e será seu presidente.

Artigo 4º - Os representantes do município serão nomeado pelo prefeito Municipal.

Artigo 5º- Os representantes da sociedade civil serão escolhido de comum acordo pelas e/ ou órgão que trabalhem na recuperação de usuários de entorpecentes.

Artigo 6º - Os membros do conselho terão mandatos de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, enquanto no desempenho das funções ou cargos para os quais foram nomeados ou indicados.

um suplente.

Artigo 7º - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

CAPITULO IV

DO REGULAMENTO E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Artigo 8º - O funcionamento do Conselho Municipal de Entorpecentes será disciplinado em regulamento próprio, elaborado e aprovado pelos seus respectivos membros.

CAPITULO V

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 9º - O Conselho Municipal de Entorpecente terá uma Secretaria Executiva, que será o órgão de apoio técnico e administrativo à suas atividades.

Artigo 10º - O Secretário Executivo de apoio deverão ser funcionários públicos Municipais, para melhor funcionamento do Conselho.

CAPITULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 12º - Compete ao Fundo Municipal do Conselho Municipal de Entorpecentes:

a) - Registrar os recursos orçamentários do município ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União, em benefício das pessoas vítimas de entorpecentes.

b) - registrar os recursos captados pelo Município através de Convênios ou por doações ao Fundo.

c) - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município nos termos das resoluções do conselho.

d) - Liberar os recursos a serem aplicados em benefícios das vítimas de entorpecentes, nos termos das resoluções do Conselho.

• - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento às resoluções do Conselho, inclusive repassando verbas para as instituições envolvidas.

Art. 13º - O Fundo será regulamentado por resolução do Conselho.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 14º - Os primeiros Conselheiros designados pelo Prefeito e pela Sociedade Civil, serão nomeados até 30 (trinta) dias apos a publicação desta Lei.

Art. 15º - A Posse dos primeiros Conselheiros Menbros do Conselho será realizada logo após a nomeação dos mesmos.

Art. 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CIDELÂNDIA, Estado do Maranhão,
aos (14) quatorze dias do mês de março de mil novecentos e noventa e sete (1997)



JOSÉ ANTONIO LISBOA NETO
Prefeito Municipal